A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NEUROPSICOPEDAGÓGICO DESENVOLVIDO NO AMBIENTE EDUCACIONAL INCLUSIVO

IZABEL CRISTINA MOTA ESPINOSA

RESUMO

A produção deste trabalho desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica. Tendo como justificativa a importância da compreensão do trabalho neuroneuropsicopedagógico desenvolvido no ambiente educacional inclusivo. Assim, o trabalho neuropsicopedagógico deve ultrapassar a ideia genérica da inclusão, expandindo sua proposta e possibilitando seu apoio essencial e continuo a essa criança na vida educacional e social. A priori, será realizada uma abordagem objetiva e sucinta sobre a psicopedagogia, iniciando seus estudos na Europa, consolidando-se na América Latina, mais precisamente na Argentina e, estendendo-se ao Brasil. Para complementar essa discussão/análise, será apresentada o foco central da presente, o trabalho do neuropsicopedagogo no ambiente educacional inclusivo. Assim, compreende-se que a ação psicopedagógica no ambiente educacional inclusivo é de extrema relevância, ao oferecer um apoio efetivo à criança com necessidades educacionais especiais no contexto educacional e social.

Palavras-chave: Inclusão, Trabalho Neuropsicopedagógico, Ambiente Educacional Inclusivo.

ABSTRACT

The production of this work developed from a bibliographical research. Having as background the importance of understanding psychology developed work in inclusive educational environment. So, work psychology must exceed the generic idea of inclusion, expanding your proposal and enabling your essential support and keep this child in the educational and social life. A priori, will be held a brief and objective approach about the educational psychology, starting his studies in Europe, consolidating itself in Latin America, more precisely in Argentina and, extending to Brazil. To complement this discussion/analysis, will be presented the central focus of this student's work in inclusive educational environment. So, it is understandable that the psychopedagogical action in inclusive educational environment is of the utmost relevance, to offer effective support to children with special educational needs in educational and social context.

Key-words: Inclusion, Work Psychology, Inclusive educational environment.

INTRODUÇÃO

Segundo Bossa (2007), Mery ressalta que ainda no século XIX estudos e interesses sobre a compreensão e o atendimento de portadores de deficiências sensoriais, debilidade mental e outros problemas que comprometem a aprendizagem, ganharam notoriedade nas discussões científicas.

A presente autora complementa que, além disso, no final do mesmo século, Educadores europeus, como Jean Marc Gaspard Itarde, Johann Heinrich Pestalozzi e Edouard Seguin, tomando por base os pensamentos do Psicanalista Jacques-Marie Émile Lacan, começaram a dedicar seus estudos às crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem em razão de vários distúrbios.

Assim, em 1898 o professor de Psicologia Edouard Claparèd e o Neurologista François Neville, foram os precursores ao introduzirem em escolas públicas as "classes especiais" destinadas à educação de crianças com retardo mental.

Em meio a esse contexto, surgem escolas destinadas a crianças com a aprendizagem lenta. Na França por volta de 1930, são criados os primeiros centros de orientação educacional infantil formado por educadores, médicos, psicólogos e assistentes sociais. Já em 1946, J. Boutonier e George Mauco fundam os primeiros Centros Neuropsicopedagógicos.

Com objetivo de um estudo interdisciplinar e dos conhecimentos da psicologia, da psicanálise e da educação, para tratar de crianças com problemas de aprendizagem. A partir de 1948, Debesse passa a utilizar o termo "Pedagogia Curativa", a qual tinha como objetivo atender tais crianças.

Na mesma época, a Psiquiatra italiana Maria Montessori, cria um método de aprendizagem destinado a essas crianças. Influenciado pela tendência montessoriana, o Psiquiatra belga Ovide Decroly, começa a interessar-se sobre as situações de aprendizagem de crianças - educação infantil, visando consequentemente à "apreensão globalizadora: a criança e a família, a criança e a escola, a criança e o mundo animal e assim por diante" (Aranha, 1996, p. 173).

A psicopedagogia a partir desta concepção começa a expandir-se, superando limites geográficos e/ou culturais, chegando ao Brasil. No Brasil, a psicopedagogia começou a ser difundida na década de 80, com profissionais engajados no estudo das causas e intervenções dos problemas de aprendizagem. Nesse período, acreditava-se que os problemas de aprendizagem decorriam de fatores orgânicos.

Em 1987, Doris J. Johnson e Helmer R. Myklebrust, por meio de sua literatura: Distúrbios de Aprendizagem foi possível compreender os fatores orgânicos dos conceitos de Disfunção Cerebral Mínima (DCM). A psicopedagogia paulatinamente vem sofrendo transformações significativas desde os primeiros conceitos, referenciados pela DCM.

Atualmente, o estudo neuropsicopedagógico possui um caráter interdisciplinar, possibilitando a transposição um conhecimento específico, para um conhecimento cuja sua amplitude seja realizada por meio da Sociologia, Psicologia, Antropologia, Linguística, Filosofia, Psicolinguística, Psicanálise, Neurologia, Fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia e dentre outras.

A psicopedagogia nasceu para atender à demanda da nãoaprendizagem, das dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar, fundamentando-se no conhecimento de várias ciências e áreas do conhecimento. Organizou-se como prática exercida por profissionais de diferentes áreas até o surgimento de cursos específicos. A junção de demanda, fundamentação teórica e prática originou essa nova área de conhecimento e essa nova profissão, inaugurando a área de atuação específica (Grassi, 2009, p. 96). Assim, baseando-se pelas relações interdisciplinares, está o ambiente escolar no que diz respeito à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, por meio da educação especial.

De acordo com Maluf (2007), na literatura psicopedagógica outros profissionais, como Maud Mannoni, Françoise Douto, Pierre Vayer, Pichon Rivière como tantos, foram importantes e grandes expoentes na contribuição de estudos sobre os problemas de aprendizagem, originando a Psicopedagogia Clínica. Com o século XX, a expansão do ensino é evidente ao tornar a educação básica obrigatória em vários países. Na Argentina, a atuação psicopedagógica configura-se na estruturação e/ou na fundamentação da educação e da saúde. Objetivos: A educação inclusiva é um grandioso desafio para o sistema educacional, assim propõe-se, neste, um estudo sobre relação escola, e atuação do neuropsicopedagogo diante da nova perspectiva da escola inclusiva.

O QUE É NEUROPSICOPEDAGOGIA

Em linhas gerais, a Psicopedagogia tem procurado contribuir para a conscientização da importância do ato educativo, e de uma prática transformadora, visando especialmente o sucesso do aluno e a melhoria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A história da psicopedagogia tem início na Europa, em 1946, foram fundados os primeiros centros neuropsicopedagógicos por J.

Podemos dizer que a Psicopedagogia nasceu da necessidade de encontrar solução para os problemas de aprendizagem que acontecem no meio educacional. A Psicopedagogia é uma área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e com os problemas dele decorrentes, recorrendo aos conhecimentos de várias ciências, sem perder de vista o fato educativo, nas suas articulações sociais mais amplas (SCOZ, 1994, p.12).

Na literatura francesa – podemos observar como essa influenciou as ideias sobre psicopedagogia na Argentina (a qual, por sua vez, influenciou a práxis brasileira) – encontra-se, entre outros, os trabalhos de Janine Mery, a psicopedagoga francesa que apresenta algumas considerações sobre o termo psicopedagogia e sobre a origem dessas ideias na Europa, e os trabalhos de George Mauco, fundador do primeiro centro médico neuropsicopedagógico na França, e percebeu as primeiras tentativas de articulação entre Medicina, Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, na solução dos problemas de comportamento e de aprendizagem (Bossa, 2000).

Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica. Unindo conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, esses centros tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar e atender crianças com dificuldades de aprendizagem apesar de serem inteligentes (BOSSA, 2000, p. 39).

A história da psicopedagogia no Brasil tem um caminho percorrido pela Associação Brasileira de Psicopedagogia e foram marcados por pontos polêmicos, entre eles, alguns questionamentos sobre o verdadeiro papel desta ciência, ou seja, a consistência, fortalecimento e autonomia da Psicopedagogia. De 1995 a 1996, foram elaborados vários documentos explicitando seu campo de atuação, sua área científica, sua contribuição e seus critérios de formação acadêmica.

A profissão do neuropsicopedagogo não está regulamentada, mas o projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na Câmara dos Deputados Federais, para ser aprovada. Enquanto isso, a formação do neuropsicopedagogo vem ocorrendo em caráter regular e oficial em cursos de pós-graduação oferecidos por instituições devidamente autorizadas ou credenciadas.

No que tange ao limite na prática institucional preventiva, por exemplo, um dos aspectos que merece destaque tem sido a dificuldade dos neuropsicopedagogos em propor procedimentos de avaliação e de intervenção. Esta questão também é uma das preocupações de Bossa (2000) ao enfatizar que uma das dificuldades práticas com que se deparam os neuropsicopedagogos brasileiros, reside nos procedimentos diagnósticos para a intervenção.

Segundo a autora, a indefinição quanto ao instrumental utilizado no trabalho neuropsicopedagógico merece ser pensada, de forma que novas perspectivas possam daí surgir e atender as reivindicações inerentes à atividade psicopedagógica. Ela também acrescenta que vários autores já se debruçaram sobre esta questão, entretanto enfatiza que ainda há muito por se fazer (Rubinstein, Castanho, Noffs; 2004; Masini, 2006).

A Psicopedagogia se apresenta com um caráter multidisciplinar devido à complexidade dos problemas de aprendizagem, que busca conhecimento em diversas outras áreas do conhecimento, além da psicologia e da pedagogia. É necessário ter noções de linguística para explicar como se dá o desenvolvimento da linguagem humana sobre os processos de aquisição da linguagem oral e escrita.

Assim a psicopedagogia se propõe a integrar, de modo coerente, conhecimentos e princípios de distintas ciências humanas, objetivando adquirir uma ampla compreensão sobre os variados processos inerentes ao aprender.

O profissional que atua como neuropsicopedagogo tem um amplo conjunto de tarefas e funções que prestam assessoramento neuropsicopedagógico às escolas, apesar de sua diversidade, pode ser organizado em torno de quatro eixos.

O primeiro eixo é relativo à natureza dos objetivos da intervenção, cujos polos caracterizam respectivamente as tarefas que se centram, prioritariamente no sujeito e aquelas que têm como finalidade incidir no contexto educacional. Assim, as tarefas incluídas são tanto as que têm como objetivo prioritário o atendimento a um aluno, quanto as que aparecem vinculadas a aspectos curriculares e organizacionais (Coll, 1989 apud Ferreira, 2008).

O segundo eixo afeta as modalidades de intervenção, que podem ser consideradas como corretivas, ou preventivas e enriquecedoras. Qualquer intervenção realizada na escola pode ser caracterizada em um determinado momento, embora, em um momento posterior, sua consideração se modifique.

Outro eixo que também diferencia modelos de intervenção, embora tenha como objetivo final o aluno, pode ter diferenças consideráveis: enquanto alguns neuropsicopedagogos trabalham diretamente com o aluno, orientam-no e, inclusive, manejam tratamentos educacionais individualizados, outros combinam momentos de intervenção direta com intervenções indiretas, (por exemplo, no caso de uma avaliação psicopedagógica), centradas nos agentes educacionais que interagem com ele (no próprio processo de avaliação psicopedagógica, na tomada de decisões sobre o plano de trabalho mais adequado para esse aluno). São frequentes as consultas formuladas por um professor ao neuropsicopedagogo em relação a um aluno que não vai manter nenhum contato direto com esse profissional.

INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA

O último eixo, Coll (1989 apud Ferreira, 2008) indica o lugar preferencial de intervenção, que entendemos como a diversidade de níveis e contextos, inclusive quando circunscrita ao marco educacional escolar. Este eixo inclui tanto as tarefas localizadas no nível de sala de aula, em algum subsistema dentro da escola, na instituição em seu conjunto, ano, série, assim como aquelas que se dirigem ao sistema familiar, à zona de influência, entre outras.

O fato que se deve considerar é que as tarefas que aparecem englobadas nos eixos precedentes são objeto da intervenção psicopedagógica, não significa que todos os neuropsicopedagogos as executem em seu conjunto e, obviamente, não significa que as realizem da mesma forma. Um dos aspectos importantes sobre a profissão do neuropsicopedagogo é a formação continuada, além de fazer um curso de pós-graduação, é necessário sempre atualizar-se, realizando cursos nas mais diversas áreas como na linguística, neurociência, psicologia, entre outras.

É muito importante entender os seus limites de atuação. O neuropsicopedagogo é um profissional que está entre a saúde e a educação, os limites da atuação devem ser sempre rigorosamente observados. No que tange à área da saúde, não podem exercer o que for de competência profissional nem de médicos nem de psicólogos.

"Passar o CID", por exemplo, não é de sua competência como neuropsicopedagogo, pois está inserido na classificação das doenças na área médica. Também não é da sua competência aplicar testes psicológicos (avaliação de inteligência, de personalidade e outros).

Carvalho (2009) pensa ser imperativo buscar sempre uma supervisão junto a neuropsicopedagogos quanto aos tipos de avaliação do processo de aprendizagem e das dificuldades de aprendizagem que competem ao neuropsicopedagogo. Vale lembrar que na área da Psicopedagogia a relevância do trabalho realizado dependerá da consciência profissional de cada um que nela atua. A dificuldade escolar pode gerar um círculo vicioso do fracasso, ou seja, quanto mais a criança se sente inferiorizada, mais ela estará suscetível ao insucesso, e menos poderá obter aprovação a partir de seu desempenho (Linhares et. al, 1993 apud Okano, et. al, 2003).

O manejo das dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar não se constitui

em tarefa fácil, e muitas vezes, a alternativa dada envolve a colocação das crianças em programas especiais de ensino como o proposto para as salas de reforço ou de recuperação paralela, destinadas a alunos com dificuldades não superadas no cotidiano escolar.

O INSUCESSO ESCOLAR E O NEUROPSICOPEDAGOGO

Os programas de reforço, em nosso meio, a princípio se apresentam como uma proposta que visa contribuir para o bom desenvolvimento escolar, contudo carecem de estudos sistemáticos que demonstrem a sua eficácia no que diz respeito aos aspectos psicológicos de crianças com dificuldade de aprendizagem.

Diversos estudos têm relatado que as crianças com dificuldades de aprendizagem têm autopercepção mais negativa sobre o seu próprio comportamento quando comparadas a crianças que têm rendimento satisfatório e quando comparadas àquelas que têm baixo rendimento, mas não são identificadas como tendo dificuldade de aprendizagem (Beltempo & Achile, 1990; Clever, Bear & Juvonen, 1992; Leondari, 1993; Jackson & Bracken, 1998 Apud Carvalho, 2009).

Lidar com o insucesso escolar, com o baixo rendimento, com as múltiplas implicações para a autoavaliação da criança, para a família, professores e comunidade constitui-se em tarefa complexa e desafiadora para a qual não se tem ainda uma resposta acabada e pronta, o que aponta para a necessidade de buscar alternativas que possam minimizar tal situação (Okano et al, 2003).

Na concepção de Carvalho (2009), as dificuldades muitas vezes são de fatores externos (ambiental), ou seja, estereótipos criados pela família e também pela escola/professores. Portanto, os Neuropsicopedagogos precisam conhecer a causa das dificuldades para encontrar meios de ajudar o aluno e não para excluí-lo.

Acontece que quando o aluno é encaminhado por outro profissional e toma-se conhecimento do diagnóstico, intrinsecamente a exclusão acontece. “Com este aluno, fulano já fez de 'tudo' e não deu jeito”! “Ele não sabe nada”, mas: O que é tudo? Como esse tudo foi realizado? Será que o aluno tem mesmo dificuldade de aprendizagem ou é dificuldade na ensinagem? questiona Carvalho.

Na concepção de Polity (2002), a pedagogia com enfoque construtivista com base no Construcionismo social elenca três fatores básicos do processo educacional: a interdisciplinaridade, a interacionalidade e o pensamento complexo conduzindo o educando para a prática da transformação social. A autora faz a relação entre as dificuldades do aluno a as dificuldades do professor no processo ensino-aprendizagem, interrelacionando-os, até mesmo, nos fracassos.

Segundo Carvalho, Polity cria essa nova abordagem com a interdependência interativa entre a subjetividade de ambos – professor/aluno. É a mescla entre ensino e aprendizagem como um conjunto. Com essas perspectivas surge o conceito de dificuldade de ensinagem: a natureza relacional do Ensino, mudando significado, domínios de convivências, e do emocional, o professor constrói a sua subjetividade no ato de ensinar. Daí a dificuldade de ensinagem, ou seja, “é o movimento de ensinar carregado de emoção: ansiedade por ter de cumprir uma missão, medo e/ ou frustração por não entender o aluno, fantasias de incompetência...”.

A dificuldade de ensinar se refere a esta prática do professor, colocada em cheque, corresponde às dificuldades de aprendizagem do educando. Nas instituições, o neuropsicopedagogo cumpre a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de normas de conduta inseridas num mais amplo projeto social, procurando afastar, contrabalançar a necessidade de repressão.

Agindo assim, a maioria das questões poderão ser tratadas de forma preventiva, antes que se tornem verdadeiros problemas e/ou também interventiva, se a dificuldade de aprendizagem já estiver evidente. Peres e Oliveira (2007) fazem menção com respeito à importância da prevenção e da intervenção psicopedagógica, mas enfatizam também que não podemos ignorar a fase que precede a essas ações. A etapa de avaliar, por exemplo, a avaliação psicopedagógica, deverá anteceder a toda e qualquer proposta de intervenção, seja ela clínica ou institucional. A análise da adequação dos materiais didáticos, da proposta pedagógica, da metodologia, da avaliação, associadas a entrevistas com professores, tem se constituído em importante instrumento de avaliação.

O professor, precisa estar preparado para os novos desafios educacionais, em vista de desenvolver posturas reflexivas e críticas, mediante a busca e o aprendizado constante de conhecimentos.

E, para que isso ocorra o profissional precisa conhecer como também buscar entender o porquê de seguir esta ou aquela tendência educacional, avaliando até que ponto ela se faz relevante quanto sua perspectiva educacional. Assim, é notório considerar que a práxis pedagógico do educador da educação especial, bem como do neuropsicopedagogo poderá vir estar fundamentada sob o paradigma crítico-materialista.

Segundo Reichmann apud Beyer (2006), o paradigma crítico-materialista deverá ser interpretado, mediante a realidade dos indivíduos, que são inseridos em um contex-

to social concreto, por revelar situações relacionais convergentes e/ou divergentes, da tomada de consciência por sua existência ao confrontar-se com o real por ser uma pessoa com deficiência.

No entanto, para recorrer e atribuir esse paradigma à ação psicopedagógica na educação especial, o neuropsicopedagogo carece estar fundamentado, ao tecer reflexões em decorrência de bases epistemológicas e/ou conceituais, permitindo-lhe a inovação e a reelaboração de novas práticas de ensino, em decorrência de propor a inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente e educacional e social.

Tomando como referência as ideias de Lakomy (2008), o conhecimento de concepções teóricas no ambiente educacional, torna possível ao professor e/ou ao neuropsicopedagogo o uso de estratégias, no sentido de estimular o desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem de uma criança, seja esta até mesmo com necessidades educacionais especiais. As experiências vividas pelo educando em desenvolvimento são referidas e imprimem significação determinante em seu processo de construção pessoal.

A aprendizagem coloca em foco as diferentes dimensões do educando sob a ótica integradora do aspecto cognitivo, afetivo, orgânico e social. O 'olhar' sobre esses aspectos, ao mesmo tempo em que relativiza a importância da escola na aprendizagem, coloca em foco a importância de toda reunião de fatores 'extraclasses' que interferem no processo de construção do conhecimento e do papel do aprendente (RELVAS, 2008, p. 112/113).

Ao atribuir à práxis psicopedagógica essa visão holística do processo de ensino-aprendizagem, a atuação do neuropsicopedagogo na educação especial irá contribuir satisfatoriamente, por provocar mudanças de comportamentos e atitudes ao ampliar as potencialidades da criança com necessidades educacionais especiais, visando atribuir às situações novos conhecimentos, novas habilidades e/ou novas aprendizagens, com experiências enriquecedoras advindas de seu meio social. O neuropsicopedagogo no ambiente educacional inclusivo

O desenvolvimento do trabalho neuropsicopedagógico originou-se nos atendimentos a crianças que apresentam problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem. A atuação de profissionais que estudam questões que envolvam o objeto de estudo da Psicopedagogia foi ampliado em diferentes âmbitos, não permanecendo restrito ao ambiente da escola de ensino regular ou até mesmo em clínicas a ação psicopedagógica desenvolvia-se de um trabalho inter ou multidisciplinar e, sim sofrendo uma abertura significativa (Oliveira, 2008).

A atuação psicopedagógica poderá ser concebida no ambiente escolar inclusivo, com alternativas metodológicas e procedimentos didáticos que viabilizará a inclusão e, sobretudo a educação de crianças com necessidades educacionais especiais, de atendimentos multidisciplinares, incluindo o trabalho neuropsicopedagógico.

Esses atendimentos são de extrema importância ao serem realizados no ambiente educacional, pois segundo Weiss (2008), da atuação de vários profissionais engajados e estudando com afinco as dificuldades de aprendizagem apresentada pela criança com necessidades educacionais especiais, permitirá maior propriedade em examinar os fatores orgânicos e psicológicos que desencadeiam tais, com a contribuição de uma discussão satisfatória entre a equipe, sobre a realidade estudada.

Ao realizar o trabalho multidisciplinarmente, as intervenções psicopedagógicas que são realizadas com crianças com necessidades educacionais especiais, não constituem em uma série de testes que acontecem apenas uma vez, mas são baseadas nos estudos das respostas que a mesma apresentou durante um período determinado, incitando posteriormente em análises com propósitos de oportunidades significativas para intervenções futuras, com perspectivas de mudanças no seu contexto familiar e escolar.

O neuropsicopedagogo como também a equipe multidisciplinar, precisam conhecer holisticamente a criança que é assistida diante do momento ensino e aprendizagem mediante suas subjetividades, criando espaços e condições favoráveis para expor suas potencialidades, capacidades, habilidades, destrezas e até mesmo suas limitações, como também propiciar seu desenvolvimento de suas estruturas cognitivas, afetivas, sociais, pedagógicas e corporais. No processo de objetividade e subjetividade, elo entre o lidar consegue mesmo e com os outros se constituem como problemática a ser vivenciada.

O sujeito humano deve interagir com os objetivos e com as regras do meio, mas deve também interagir com suas limitações, possibilidades e impossibilidades e carências enquanto ser vivente. Se educar é buscar o bem-estar do humano em todo este contexto, o espaço/tempo educativo deve priorizar construções de processos harmônicos com as condições da vida humana, e interação com a natureza do próprio homem e do planeta. A escola do sujeito em processo de interação permanente deve se voltar à compreensão de que todo conhecimento é, na verdade, 'saber do outro' (BEAUCLAIR, 2007, p. 22).

A neuropsicopedagogia contribui para a compreensão destas transformações necessárias, implicando em produzir discussões, análises e observações que desencadearão em intervenções essenciais. A atuação

do neuropsicopedagogo no ambiente escolar inclusivo acontece sob uma prévia observação do indivíduo que estar sendo assistido, por meio da compreensão da situação apresentada, para posteriormente apoiar-se em conhecimentos/pressupostos epistemológicos.

Com essa fundamentação pertinente decorrente de conhecimentos/ pressupostos epistemológicos haverá a elaboração do informe neuropsicopedagógico com situações concretas, planejando ações organizadas futuras no intuito de escolher alternativas flexíveis para intervir nas dificuldades de aprendizagem, com o uso de critérios adotados, bem como objetivos a serem alcançados, respeitando as características biológicas da criança com necessidades educacionais especiais, para serem desenvolvidas na escola de ensino regular.

Ao observar várias produções requisitadas a criança com necessidades educacionais especiais e, dispondo de dados concretos, chega a hora de con- versar entre/com os profissionais que atendem em comum esta criança e, com seus pais. A abordagem do neuropsicopedagogo deverá ser estabelecida mediante os dados fidedignos quanto ao diagnóstico suscitado, primando pelo Código de Ética estabelecido pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), em vista de contextualizar as hipóteses que foram levantadas diante da ação psicopedagógica, perante aos profissionais e a família.

O diagnóstico neuropsicopedagógico é um processo, um contínuo sempre revisável, onde a intervenção do neuropsicopedagogo inicia, [...] em uma atitude investigadora, até a intervenção. É preciso observar que essa atitude investigadora, de fato, prossegue durante todo o trabalho, na própria intervenção, com o objetivo da observação ou acompanhamento da evolução do sujeito (BOSSA, 2007, p. 94).

O neuropsicopedagogo deverá considerar vários organismos que fazem parte da história de vida da criança com necessidades educacionais especiais, representados por sua família, pela escola e, inclusive pelo social como todo, pelo fato em adquirir informações amplas e suficientes para formular possíveis hipóteses.

Assim sendo, esse profissional precisa colaborar com dados verídicos, em relação a todo trabalho neuropsicopedagógico que será executado com a criança em vista à sua subjetividade perante seu processo de ensino-aprendizagem na escola e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do neuropsicopedagogo na educação especial é de extrema importância, pois poderá contribuir mediante a um contexto multidisciplinar em um ambiente educacional inclusivo do atendimento à criança com necessidades educacionais especiais em parceria e/ou com o auxílio de outros profissionais, sejam estes da área educacional, saúde e assistência social incluindo sua família e, englobando satisfatoriamente a escola de ensino regular e os professores, em vista de apoiá-la efetivamente no processo de ensino-aprendizagem e na inclusão desta na sociedade.

Assim, compreende-se que apesar das relevantes considerações expostas neste estudo, o mesmo merece maiores reflexões e aprofundamento, além das enaltecidas aqui, em decorrência de haver pequena quantidade de produções científicas relacionadas ao trabalho do neuropsicopedagogo na educação de crianças com necessidades educacionais especiais, visto que as discussões sobre o tema em questão são inesgotáveis.

O processo de inclusão caminha por uma nova ordem de pensamento e ação, longe de obter respostas imediatas para a problemática da inclusão do portador de necessidades educativas especiais no contexto educacional, apenas visualizando uma variedade de perspectivas e desafios para a efetiva implementação dessa nova modalidade de ensino.

Nesse sentido, as escolas devem criar ambientes acolhedores com ações que devem ser fortalecidas e regulamentadas no projeto político pedagógico de cada instituição de ensino, respeitando as características individuais de cada cidadão e acreditando que todos são capazes de aprender, desde que se estruturem possibilidades, se estabeleçam estratégias na reordenação de práticas escolares e se reconsidere que a influência da redução de expectativas pode ser suficiente para determinar o insucesso escolar.

Esses espaços de educação devem promover relações recíprocas e dialéticas, eliminando estigmas, rótulos e etiquetas que classificam comportamentos. Assim, serão trabalhadas as reais necessidades de sua clientela e realizadas mediações no processo de aprendizagem com atividades desafiadoras, que estabeleçam conflitos interiores e promovam a verdadeira inclusão social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. História da educação. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSIS, A. L. A. Influências da psicanálise na educação: uma prática psicopedagógica. 2. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2007.

BELTEMPO, J. & ACHILE, P. A. (1990). The efect of special class placement on the selfconcept of children with learning disabilities. Child Study Journal, 20, 81-103.

BEUCLAIR, J. Subjetividade em educação. Psique, São Paulo, edição especial, n. 2, p. 18-23, out. 2007.

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BOSSA, N. A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO Nacional das APAEs. InformAPAE. ANO VII. Fevereiro e Abril de 2001.

BOSSA, Nádia A. A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 1994.

BOSSA, Nádia. Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como tratá-las? Porto Alegre: Artmed; 2000.

BOSSA, N. A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.068 de 13 julho de 1990. (ementa). Diário Oficial da União de 13 de julho de 1990.

_____. Educar na Diversidade: material de formação docente. 3. ed. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2007

. _____. Resolução CNE/CEB nº. 4, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Brasília, DF, 2009.

CAIADO, K. R. M. O aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2006.

CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. São Paulo, SP: Ática, 2002.

COLL, C.(1989 b) Psicologia académica y psicología professional em el campo de la educación. Anuario de Psicologia ,41(2),49-73.

DANTAS, V. A. O; ALVES, J. A. A. Dificuldades de leitura e escrita: Uma intervenção psicopedagogica. In: V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão - SE, 2011.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

DE CARLO, M. R. P. Se essa casa fosse nossa. Instituições e processos de imaginação na Educação Especial. São Paulo: Plexus, 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL das APAES. APAE Educadora: a escola que buscamos. Brasília: fevereiro, 2001.

FERREIRA, Júlio Romero. A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2006.

GARDNER, Richard. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP), 1987.

LINHARES, M. B. M., Parreira, V. L. C., Marturano, A. C. & Sant' Anna, S. C. (1993). Caracterização dos motivos da procura de atendimento infantil em um serviço de psicopedagogia clínica. Medicina Ribeirão Preto, 26, 148160.

MALUF, M. I. Família, escola e o nascimento da psicopedagogia. Psique, São Paulo, edição especial, n. 2, p. 06- 13, out. 2007.

MERY, J. Pedagogia curativa escolar e Psicanálise. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: Reinventado o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

OKANO, C.B; LOREIROS, S.R; LINHARES, M.B. M; MARTURANO, E.M. Crianças com dificuldades escolares atendidas em Programa se Suporte Neuropsicopedagógico na Escola: Avaliação se Autoconceito. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004, 17 (1), PP.121-128. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um desenvolvimento sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um desenvolvimento sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997. PESTALOZZI in JNCONTRI, Dora. in : Pestalozzi: Educação e Ética. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

OLIVEIRA, M. A. C. Psicopedagogia institucional: a instituição em foco. Curitiba: Ibpex, 2008.

OLIVEIRA NETTO, A. A. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

OKANO, C.B; LOREIROS, S.R; LINHARES, M.B. M; MARTURANO, E.M. Crianças com dificuldades escolares atendidas em Programa se Suporte Neuropsicopedagógico na Escola. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004, 17 (1), PP.121-128.

PESTALOZZI in INCONTRI, Dora. in: Pestalozzi: Educação e Ética. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

PESSOTI, T. Deficiência Mental: da superstição à ciência. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da USP, 1984.

POLITY E. Dificuldade de aprendizagem e família: construindo novas narrativas. São Paulo: Vetor; 2002.

RELVAS, M. P. Fundamentos biológicos da educação: despertando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação Inclusiva: da ideologia neoliberal às possibilidades e limites concretos. Ponto de Vista. Cidadania – Modernidade – Deficiência. Revista do curso de Pedagogia séries iniciais –V.2. p. 48-52, Janeiro/fevereiro de 2000.

RUBINSTEIN, E. R. (org). Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RUBINSTEIN, E. R. O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RUBINSTEIN, Edith: Especificidades dos Instrumentos de Avaliação próprios da Psicopedagogia In: Colóquio: "Especificidades dos Instrumentos de Avaliação próprios da Psicopedagogia" Publicado por Aprenda ki em Eventos Educacionais, ABPp. 2011.

SÁNCHEZ-CANO, M.; BONALS, J. (Orgs.). Avaliação psicopedagógica. In: VILANA, R. A entrevista com os pais, os professores e os alunos. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 65-80.

SANTOS, V. P. Interdisciplinaridade na sala de aula. São Paulo: Loyola, 2007.

SANTOS, R. M. F. Psicopedagogia Institucional: uma experiência fundamentada na Epistemologia Convergente. Revista Eletrônica de Psicopedagogia, 2007.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, nº 1, p. 19 - 23 out. 2005.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

SCOZ, BARONE, CAMPOS & MENDES. Psicopedagogia: Contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992

VISCA, J. Psicopedagogia: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.